

Líder governista reconhece limites em ano eleitoral

Marluza Mattos

De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso divulgou uma lista extensa de assuntos que, na sua opinião, devem avançar no Congresso no último ano do seu governo. No entanto, nem tudo o que o presidente quer será apreciado pelos parlamentares. O processo eleitoral deste ano deve tumultuar as votações, principalmente depois que for deflagrada oficialmente a campanha. O próprio líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), é bem menos otimista que FHC quando se refere aos planos do Legislativo.

Para Madeira, o Congresso não

pode se esquivar de resolver dois problemas com rapidez: aprovar a prorrogação da cobrança da CPMF e concluir a votação do projeto que permite à União, aos Estados e municípios criarem fundos de previdência complementar para os seus servidores.

"A CPMF é uma questão de receita. A não prorrogação pode complicar a arrecadação desse governo, mas também complica a vida do próximo", disse. Segundo ele, esse argumento deve facilitar a votação da proposta de emenda constitucional que prorroga a cobrança da contribuição até dezembro de 2003. A votação na Câmara e no Senado deve ser concluída até o dia 18 de março

para que não ocorra queda na arrecadação. O deputado tucano ainda destacou a necessidade de os parlamentares aprovarem projetos capazes de conter a crise na segurança pública. Estes, no entanto, só serão votados em abril, quando a Comissão Mista que será criada para analisar todas as propostas que tramitam no Congresso sobre o assunto concluir seus trabalhos.

Madeira ressaltou outros dois projetos que terão impacto importante no país: a proposta de regulamentação do Sistema Financeiro Nacional por meio de leis complementares e a nova Lei de Falências. "As negociações entre a Câmara e o presidente do

Banco Central, Armínio Fraga, sobre a nova Lei de Falências estão avançadas". Sobre o restante da lista, Madeira disse: "Será difícil votar algumas matérias".

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), concordou com Madeira: "É difícil aprovar no Congresso tudo o que foi pedido pelo presidente, mas vamos tentar". O mais empolgado com a agenda do governo foi o líder do PSDB na Câmara, deputado Jutahy Magalhães (BA). Para o líder tucano, não há justificativas para deputados e senadores "não trabalharem" neste ano. Mas, reconheceu: "É indiscutível que no segundo semestre haverá uma queda no ritmo de votações". (Colaborou Taciana Collet)